

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	20.FEV.1975
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

LEI SINDICAL NO CONSELHO DE ESTADO

A Lei Sindical, que tanta controvérsia tem suscitado devido ao princípio da unicidade, começa hoje a ser apreciada pelo Conselho de Estado, que reúne em Belém, pelas 15 horas, sob a presidência do general Costa Gomes. De manhã, os novos embaixadores da República da Irlanda e da Austrália, em Lisboa, respectivamente, Kevin Rush e Heinz Weinberger, apresentaram credenciais ao Presidente da República. Quanto ao embaixador irlandês, há a assinalar que, até à data, os interesses da Irlanda na Europa estavam a cargo de um embaixador de Negócios. Pouco depois da cerimónia das credenciais, a seguir, de manhã, cerimónia idêntica. Está prevista com os embaixadores da Checoslováquia e da Bulgária — o Presidente Costa Gomes recebeu os representantes do Conselho Mundial para a Paz.

Quanto aos novos ministros da Defesa e da Comunicação Social, respectivamente, capitão-de-mar-e-guerra Silvano Ribeiro e comandante Correia Jesuino, ainda não é conhecido o dia em que serão empossados pelo Presidente da República. Por outro lado, não se confirma, pelo menos para já, qualquer mudança na pasta dos Assuntos Sociais que algumas fontes davam também como provável, adiantando mesmo o nome do primeiro-tenente Ramiro Correia para o cargo de ministro. Em relação ao comandante Conceição e Silva, até ontem secretário de Estado da Comunicação Social, fontes dignas do maior crédito apontam como quase certo o seu regresso às funções que desempenhava no Tribunal da Marinha, antes de ingressar no Governo Provisório.

Entretanto, em função da próxima abertura da campanha eleitoral, a agenda de ontem do Conselho de Estado foi alterada. Em vez da lei sindical, os conselheiros iniciaram a discussão do decreto-lei que regulamenta a participação das publicações noticiosas na campanha eleitoral. Também iniciaram a apreciação, na generalidade e na especialidade, do decreto-lei

(Continua na página 24)



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	20.FEV.1975
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

CONSELHO DE ESTADO DEFINE PAPEL DA IMPRENSA NA CAMPANHA ELEITORAL

N.

(Continuação da 1.ª página)

que introduz alterações na redacção da Lei Eleitoral, tanto na parte relativa ao recenseamento como na segunda parte que trata do caso dos territórios africanos ainda sob administração portuguesa.

Quanto ao diploma sobre a participação da imprensa na campanha eleitoral e segundo foi revelado aos órgãos da informação, ao fim da tarde de ontem, ele dispõe, fundamentalmente, que «as publicações noticiosas diárias deverão dar um tratamento jornalístico não discriminatório às candidaturas, em termos de as mesmas serem colocadas em perfeitas condições de igualdade».

O articulado do decreto especifica que «as publicações diárias de Lisboa e Porto inserirão obrigatoriamente as notícias dos comícios, sessões de

esclarecimento e propaganda ou equivalentes, promovidas pelas diversas candidaturas em sedes de distrito ou de concelho, com presença de candidatos» e ainda que «as publicações noticiosas diárias e que se editem em Lisboa ou no Porto e tenham expansão nacional são obrigadas a inserir, uma vez só, o essencial das bases programáticas dos partidos políticos, coligações ou frentes que hajam apresentado um mínimo de 50 candidatos ou concorrido num mínimo de cinco círculos eleitorais».



dação Cuidar o Futuro

Os embaixadores da Áustria e da Irlanda entregam credenciais ao Presidente Costa Gomes

O diploma prevê sanções para a violação desta igualdade de tratamento jornalístico. O autor do anteprojecto do diploma, que é o dr. José Carlos de Vasconcelos, director-adjunto do «Diário de Notícias», tomou parte nos trabalhos do Conselho de Estado, na parte respeitante à matéria em causa.

Comissão estuda institucionalização do M. F. A.

Está reunida em São Bento, na residência oficial do Primeiro-Ministro, desde o meio da manhã, a comissão especialmente nomeada pelo Conselho dos Vinte para se ocupar de problemas referentes à institucionalização do Movimento das Forças Armadas e dos contactos a estabelecer, sobre es-

ta questão, com os partidos políticos. O brigadeiro Vasco Gonçalves não participou, contudo, na reunião.

O encontro, o segundo na residência do Primeiro-Ministro desde que a comissão foi constituída, na sequência do último plenário do M. F. A., iniciou-se cerca das 10 horas. Estavam presentes o general Pinho Freire, vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e o almirante Rosa Coutinho, ambos da Junta de Salvação Nacional, o capitão Vasco Lourenço, o major Pereira Pinto e o primeiro-tenen-

te Judas, da Comissão Coordenadora do M. F. A., e o capitão Costa Martins, ministro do Trabalho, e majores Vitor Alves e Melo Antunes, ministros sem pasta. Um porta-voz acentuou a propósito, que «não é fixa a composição da comissão».

O brigadeiro Vasco Gonçalves, entretanto, participa esta noite numa sessão de esclarecimento do M. F. A., nos arredores de Lisboa, durante a qual deverá pronunciar uma importante comunicação ao País. A sessão será transmitida em directo pela RTP.

